

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVI - 6319 - TERÇA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2019



HOJE TEM NEGOCIAÇÃO COM A CAIXA

Enfim, após cobrança dos representantes dos empregados da Caixa, o presidente do banco, Pedro Guimarães, marcou audiência hoje (26/03). A reunião também é fruto do Dia Nacional de Luta e vai cobrar a interrupção do desmonte da instituição.

Os empregados reivindicam ainda que o banco assuma compromisso de comunicar previamente à CEE (Comissão Executiva de Empregados), antes de informar que novos processos de trabalho serão implementados.

A Caixa se comprometeu, no acordo coletivo 2018/2020, nos termos da cláusula 48, parágrafo segundo, a discutir quaisquer “impactos na vida funcional dos empregados,



decorrentes da implantação de novos processos de trabalho pela empresa”.

Os direitos dos empregados devem ser protegidos, assim como a saúde física e mental. A CEE também vai cobrar o que realmente é verdade sobre as notícias divulgadas pela imprensa de manobra no lucro e quando vai sair o balanço do banco e a PLR.

Fonte: SBBA

AUMENTA A OFENSIVA CONTRA O BANCO DO BRASIL

O governo Bolsonaro aumenta a ofensiva contra o Banco do Brasil. A intenção é reduzir a participação da instituição financeira, para privatizar. O presidente da empresa, Rubem Novaes, tem deixado claro. Além das declarações à imprensa, mudou completamente a política no BB.

Agora, quer reduzir o crédito agrícola. Líder no segmento, o banco tem participação de 58% a 60% em média nas últimas seis safras, sendo a principal instituição financiadora do agronegócio brasileiro.

A atitude encabeçada pelo ministro da economia Paulo Guedes onera diretamen-



te os produtores rurais, justamente os que mais precisam do crédito. A redução da participação do BB se assemelha ao desmonte do BNDES.

O intuito é reduzir o investimento público e aumentar a participação das instituições financeiras privadas, enriquecendo o capital particular e saindo caro para o pequeno produtor.

PARLAMENTARES CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA



A luta contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro ganha reforço com a Frente Parlamentar Mista. O movimento começa forte e conta com a adesão de mais de 170 deputados e 27 senadores.

A intenção é ampliar a resistência pela manutenção dos direitos sociais e por uma reforma estrutural de captação de recursos nos termos da atual legislação, para garantir segurança jurídica e atuarial do sistema de seguridade social brasileiro.

Uma das principais críticas dos parlamentares diz respeito à capitalização. O sistema financeiro é o único beneficiado. Com o modelo, cada trabalhador terá de financiar a própria aposentadoria. Caberá aos bancos administrar a “poupança”.

Nos países que adotaram o sistema, como o Chile, milhares de idosos vivem hoje na miséria. Cerca de 80% dos aposentados recebem menos de um salário mínimo de benefício (50% do salário chileno) e quase metade (44%) está abaixo da linha da pobreza.

A reforma aumenta ainda a idade mínima para aposentar. Para as mulheres sairá de 60 para 62 anos. Já os homens terão de trabalhar até os 65 anos. Todos os trabalhadores terão de contribuir no mínimo 20 anos. Hoje o tempo mínimo de é 15 anos. Para receber 100% do benefício, terá de atingir a idade mínima e ter 480 contribuições, ou seja, ter trabalhado por 40 anos.

Fonte: SBBA

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: CID

Tarde: EVERILDO

8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Auditório FTC/Itabuna
27 de março de 2019.
8h às 12h &
13h30 às 18h



O Governo Municipal de Itabuna através da Secretaria de Saúde e Conselho Municipal de Saúde convida V.Sª, para participar da 8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que terá como tema:

DEMOCRACIA E SAÚDE.

A presença de V.Sª é imprescindível nesse momento de diálogo com a comunidade e fortalecimento dos serviços de saúde em nosso município, edificando assim, as políticas públicas.

Conselho Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Saúde

BOLSONARO DIZ QUE BRASILEIROS GANHAM MUITO. NÃO É VERDADE!

Por José Carlos Ruy, especial para o Vermelho

O presidente Jair Bolsonaro não deixa de surpreender. Ele, que é um usuário frequente das redes sociais, é também, tudo indica, um adepto da pós-verdade - a tendência contemporânea que põe a interpretação, a opinião de cada um, acima da verdade dos fatos, não importando o que aconteceu - o que passa a valer é o que está na cebeça da pessoa, e não o fato real.

Esta reflexão foi provocada pela declaração do capitão-presidente no Chile, num café da manhã com empresários: ele disse que os trabalhadores brasileiros ganham muito: "Tenho dito à equipe econômica que na questão trabalhista nós devemos beirar a informalidade porque a nossa mão-de-obra é talvez uma das mais caras do mundo".

É uma declaração incompreensível num usuário frequente da internet, na qual uma simples pesquisa revela que a afirmação feita por ele não é verdade. E que os trabalhadores brasileiros, cuja pobreza aumentou severamente desde a ascensão do golpista Michel Temer ao governo em 2016, situação agravada desde a posse de Jair Bolsonaro há menos de três meses. Os trabalhadores brasileiros estão entre os mais mal pagos no mundo, não alcançando sequer a média mundial de salários calculada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Levando em conta os ganhos dos trabalhadores em 72 países, a OIT calculou que o salário mundial médio seria de de US\$ 1.480 ao mês, ou cerca de US\$ 18 mil ao ano (em valores de março de 2012).

No Brasil, o salário mínimo corresponde, ao câmbio de hoje (24), a 225 dólares (seu valor em reais é de 998.00). Isto significa que, comparado com a média mundial calculada pela OIT, o salário mínimo brasileiro corresponde a 15% daquele valor.

Esta pesquisa, disse o economista Patrick Belser, da OIT, mostra que a média salarial ainda é muito baixa, e que, portanto, o nível de desenvolvimento econômico mundial ainda é, de fato, muito baixo, apesar da abundância financeira que vemos em alguns lugares".

No Brasil, ao contrário do que diz o capitão-presidente, em 2016 metade dos trabalhadores tinham salários exíguos: recebiam até um salário mínimo por mês (muito abaixo da média mundial calculada pela OIT), informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada em 2017.

Isto é, o Brasil está entre aqueles lugares referidos pelo economista Patrick Belser, nos quais a ganância financeira se sobrepõe. Onde o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro impõe aos trabalhadores os interesses do grande capital especulativo e tenta reduzir sua capacidade de luta e resistência. Investe contra a organização sindical para impor baixos salários, a ponto de recolocar o Brasil no mapa da fome da ONU.

A PREVIDÊNCIA PRECISA CONTINUAR A SER SOCIAL

Basta analisar a repartição do sacrifício que cada um está sendo chamado a fazer para que se alcance a economia de 1 trilhão de reais desejada pelo governo. Os mais pobres estão sendo mais prejudicados, enquanto até o momento nenhuma medida foi anunciada no sentido de cobrar o cerca de meio bilhão que os grandes devedores deixaram de repassar à Previdência nos últimos dez anos.

Falta também o governo clarear o tamanho real do déficit da Previdência, excluindo desse cálculo os 30% que, por meio da Desvinculação da Receita da União (DRU), são retirados do que foi arrecadado para os benefícios previdenciários e utilizados com outros fins. É mais ou menos como se uma pessoa estivesse guardando um dinheiro para dar entrada em uma casa, mas todo mês retirasse dinheiro dessa poupança para fazer compras. Faltaria dinheiro no final. É o que ocorre com a Previdência, há déficit não por arrecadação insuficiente, mas por desvio de finalidade nos recursos arrecadados.

Uma vez restabelecida a verdade sobre o tamanho do rombo, é claro que ainda caberá uma reformulação da Previdência diante da longevidade cada vez maior da população brasileira. Teremos que discutir a melhor fórmula para estabelecer limites de idade e de contribuição. Mas há que se respeitar a realidade social brasileira, as diferenças regionais e o histórico de crises que mantém muitos trabalhadores na informalidade durante a maior parte de suas vidas.

Ainda mais depois de aprovada a reforma trabalhista, que precarizou uma série de direitos e criou a estranha figura do trabalho intermitente, o qual permitiu que trabalhadores ganhem menos que o mínimo e não tenham carteira assinada. Se não assinam carteira, não recolhem para a Previdência. Se não recolhem, não se aposentam.

Por fim, é preciso refutar com veemência essa proposta de implantar um regime de capitalização, em que cada trabalhador financia sua própria aposentadoria. É um modelo que só beneficia o mercado. E nos países onde foi adotado o que se viu foi um terrível empobrecimento dos aposentados, que chegam a ganhar apenas a metade de um salário mínimo.

Não dá para aceitar essa PEC que está no Congresso. Se a deixássemos passar, estaríamos decretando o fim do caráter social da Previdência.